

Através da Semana dos Povos Indígenas de 2010 e em sintonia com a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 e seu lema: "Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro" (Mt 6,24), o Cimi propõe uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento econômico imposto ao Brasil e suas conseqüências para os mais de 240 povos que lutam pela garantia de seus direitos fundamentais.

O TEMA QUE INSPIRA ESSA SEMANA APONTA PARA UMA ESCOLHA:

TERRA: Mercadoria ou Vida?

No Brasil a população indígena é estimada em mais de 800 mil pessoas que vivem realidades sociais, étnicas e culturais distintas, desde povos em situação de isolamento até aqueles que habitam periferias de grandes cidades. As formas distintas de pensar e de viver nos fazem acreditar que outro mundo é possível, um mundo "que seja dirigido para a satisfação das necessidades humanas e para a construção do Bem Comum" (CF 2010, p. 11) de todos e do "bem viver" dos povos indígenas.

As relações do "bem viver" estabelecidas pela maioria dos povos indígenas fundamentam-se na reciprocidade entre as pessoas, na amizade fraterna, na convivência com outros seres da natureza e num profundo respeito pela terra. É importante ressaltar que as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no planeta Terra ultrapassam o conceito da unidade na diversidade. "Não há unidade na diversidade, mas é semelhança e diferença, porque quando se fala de diversidade só se fala de pessoas", diz o chanceler das Relações Exteriores da Bolívia David Choquehuanca. Mundos muito diferentes configuram a realidade indígena. Estes mundos são articulados entre si, na "causa" indígena, e com outros "mundos", na "causa" dos pobres e marginalizados. Esta articulação faz com que a questão indígena, com toda a sua pluralidade e especificidade, não se torne uma causa à parte das grandes questões que desafiam o mundo de hoje.

A questão proposta para reflexão "Terra: Mercadoria ou Vida?", novamente próxima ao tema da CF 2010 ("Economia e Vida"), motiva-nos a pensar nas formas como a maioria dos homens e mulheres relaciona-se com a terra, tratando-a como fonte de lucro e de recursos a serem explorados exaustivamente. Conseqüência dessa exaustão é a ameaça da vida no planeta. A exploração desmedida e inconseqüente dos bens da natureza é avassaladora e, de acordo com pesquisas recentes, nos últimos cinquenta anos a humanidade consumiu mais recursos ambientais do que nos últimos dois mil anos.

A terra, portanto, precisa ser recolocada na condição de Terra Mãe, de geradora de vida, e não mais ser tratada como um objeto de exploração. Além disso, é necessário recordar que tudo está interligado e que

"não foi o homem que teceu a trama da vida; ele é apenas um de seus fios"

(Cacique Seattle).

Nosso apoio e solidariedade aos Povos Indígenas!

Para a consolidação de novas formas de relacionamento entre as pessoas, entre povos e culturas, e com a natureza é necessário repensar os valores, os conceitos, os preconceitos e as concepções de vida. Faz-se necessário abrir os olhos e corações para perceber que as diferenças não são ameaçadoras, ao contrário, são uma grande riqueza em termos de possibilidades de existência humana.

Cultivar o espírito solidário e não admitir a submissão, o desrespeito, o preconceito, a injustiça praticada contra qualquer ser humano é condição primordial. Precisamos nos comprometer com a solidariedade, porque esta gera dignidade, justiça, respeito, amor e paz. A solidariedade estimula a busca pela dimensão do bem viver. A existência das diferenças enriquece a todos e fortalece as convicções contra a imposição de uma cultura única, de um modelo de desenvolvimento que aprofunda as desigualdades.

Na Semana dos Povos Indígenas poderemos pensar em diferentes maneiras para apoiar as lutas dos povos indígenas, de modo especial pela defesa de seus direitos à terra, à vida. Junto com a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 "denunciamos a perversidade de todo modelo econômico que vise em primeiro lugar o lucro, sem se importar com a desigualdade, miséria, fome e morte" (n 104). Além disso, podemos reconhecer nestes povos os ensinamentos que apontam para a construção de um projeto de sociedade calcado no respeito à vida em toda a sua plenitude e aos distintos modos de pensar das comunidades, povos, nações.

O tema "Terra: Mercadoria ou Vida?" nos convida a compreender e a contribuir com as lutas dos Povos Indígenas, de maneira concreta, pela garantia e proteção de suas terras e pela estruturação de uma política indigenista voltada aos direitos, anseios, necessidades das comunidades indígenas. Nosso apoio será necessário quando forem iniciadas as discussões no Congresso Nacional em torno do projeto de lei do Estatuto dos Povos Indígenas.

As lutas dos povos indígenas também nos convocam a assumir a defesa do meio ambiente, resistindo e reagindo

contra os projetos que causam destruição e morte, como são os casos das grandes hidrelétricas do rio Madeira, de Belo Monte no rio Xingu, e a transposição das águas do rio São Francisco, que beneficiarão especialmente os grandes produtores de energia e do agronegócio.

O que se propõe, enfim, é que juntemos nossas forças, nossos anseios, nossas esperanças, nossas capacidades e talentos para pensarmos num outro modelo de sociedade. "É missão das comunidades cristãs dar testemunho de solidariedade e educar os incluídos na sociedade da abundância e do consumismo para que valorizem o ser humano na sua dignidade e não nas aparências e adquiram espírito crítico em relação à propaganda" (CF 2010, n. 112).

As alternativas lançadas pela Semana dos Povos Indígenas e a Campanha da Fraternidade - "Mercadoria ou Vida?" ou "Servir a Deus ou ao Dinheiro?" - podem estimular o debate em torno do impacto dos projetos desenvolvimentistas sobre os territórios indígenas. Precisamos ter clareza nas escolhas socioeconômicas e nas opções políticas para assegurar não só a reciprocidade, o respeito aos povos e suas culturas e o "bem viver" dos povos indígenas, mas a nossa própria sobrevivência.

Os povos indígenas são os nossos benfeitores. A sua luta revela uma nova racionalidade de esperança no mistério da vida, uma racionalidade articulada com simplicidade, veracidade e solidariedade. Em suas utopias culturais, que se somam aos projetos de vida de outros povos, convidam a humanidade para suspender a marcha ao abismo ecológico, abandonar o delírio desenvolvimentista, sair da prisão das necessidades e da competição do mercado total; enfim, nos fazem novamente sonhar o prazer da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Seus projetos são "leituras do mundo" e "projetos de vida". A vida é dom, e como tal, herança do passado, e tarefa a ser realizada; é dom gratuito e tarefa responsável. Os povos indígenas nos fazem pensar a essência da vida como dom na contemplação do crepúsculo na beira de um rio, na luta pela terra e no olhar do irmão cuja promessa do "vir a ser" se torna palpável em nosso servir.

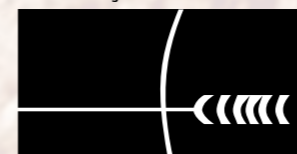


SEMANA DOS Povos Indígenas 2010

TERRA Mercadoria ou vida?



PUBLICAÇÃO DO



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
(Organismo vinculado à CNBB)

SDS - Edifício Venâncio III, salas 309 a 314 · CEP: 70.393-902 · Brasília-DF · Brasil
TEL: (61) 2106-1650 · FAX: (61) 2106-1651 · E-MAIL: nacional@cimi.org.br

www.cimi.org.br

CAPA: Mitos Yanomami - Origem do fogo, dilúvio, criação do dia, criação das cores e outros - Imagem: Pe. Silvano Sabatine
Anikafu Xipaia pescando no rio Xingu, que será destruído, caso a Usina Hidrelétrica de Belo Monte seja construída - Foto: Thomas Miller/Arquivo Cimi Xingu

Foto acima: Xavante/MT - Foto: Ronaldo Nina - arquivo Cimi

PROJETO GRÁFICO: Cleyenne Cerqueira / Licurgo S. Botelho

APOIO





Urueu-Wau-Wau/RO – Foto: Maria Lúcia Cardoso/Arquivo Cimi



Crianças Guarani Kaiowá/MS – Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



Marubo/AM – Foto: Nilvo – Cimi Norte I/Arquivo Cimi



Crianças Galibi - Marworno - Foto: Clarissa Tavares/Arquivo Cimi



Awá Guajá/MA – Foto Pietro/Arquivo Cimi



Zoé/AM - Foto: Serge Guiraud/Arquivo Cimi



Maxakali - Foto: Marcus Breuss/Arquivo Cimi

Os Povos Indígenas e as relações do “bem viver”!

O grande ensinamento que os Povos Indígenas nos têm transmitido, desde tempos imemoriais, é o de saber conviver com a terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo. Em sua visão, ela é mais do que simplesmente terra, é mãe, pois tem a capacidade de fazer germinar a vida e acolhe todos os seus frutos. Mas o que significa o “bem viver” em um mundo marcado por disputas econômicas, por crescimento, por aceleração, pela competitividade, em que tudo se converte em mercadoria, em vitória ou derrota? Como é possível cultivar relações de reciprocidade em uma sociedade cada vez mais violenta, excludente e desigual? Encontrar alternativas é o desafio colocado para todos nós que acreditamos num mundo diferente, e que seguimos lutando para construir relações solidárias.

Na monocultura capitalista, a resistência dos povos indígenas e a pluralidade de maneiras de pensar têm um grande potencial transformador. Nosso país é habitado por muitos outros povos, de origens diferentes, vindos de países africanos, europeus, asiáticos. São pessoas que sonharam construir um lugar de paz e de fartura. As culturas diferentes são geradoras de maneiras diversas de organizar o trabalho e de projetar o futuro, o que permite construir alternativas de vida múltiplas, e nos impele a seguir acreditando que existem muitas formas de ser e de estar no mundo.

Os povos indígenas questionam “o modelo” capitalista como tal. Eles consideram o conjunto da proposta neoliberal, com seus mercados e movimentos financeiros globalizados, como um conjunto de obcecação e alienação. Junto com outros segmentos da sociedade, procuram descobrir rachaduras sistêmicas que permitem acreditar na possibilidade da desconstrução do conjunto global de alienação e da “normalidade” obscurantista da exclusão.

A causa indígena tem uma plus-valia de racionalidade social para o conjunto da humanidade. Por causa desta universalidade contextualizada, a vinculação criativa da causa indígena ao projeto de Jesus, cuja proposta se resume no anúncio do Reino para os pobres e da Boa Nova da libertação aos cativos e da vida em abundância para todos, não é difícil. O projeto dos povos indígenas aponta para novos rumos do projeto da humanidade, porque suas metas são: cidadania, autodeterminação, partilha e liberdade de iguais em sua diferença; a cidadania contra a hegemonia e a exclusão; a partilha contra a acumulação; a igualdade na diferença contra a monotonia da miséria e a monocultura do mercado dominante.

Viver em um país habitado por essa imensa pluralidade cultural é um privilégio, pois nos possibilita também aprender cotidianamente que a beleza da vida está na diferença, na variedade, na possibilidade do novo, e não na repetição de modelos e padrões de humanidade capitalista que apregoam que o melhor é “se dar bem na vida” e que, individualmente, nas relações de competitividade, cada um conseguirá o que almeja através de seu próprio esforço e mérito.

O conceito do “bem viver” está na contramão de um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza como produtos de consumo. É para sustentar este modelo que os governos priorizam os mega-investimentos, as grandes barragens, a exploração mineral e as monoculturas que degradam o ambiente, envenenam a terra, as águas e todos os demais seres vivos. O modelo capitalista promove a concentração de bens e riquezas nas mãos de poucos e que são aqueles que aderem as regras da competitividade, da lucratividade, do egoísmo, da ganância para “viver melhor”. A partir destas regras gera-se a intolerância com o diferente e com todos aqueles que possuem maneiras distintas de viver e pensar. De mãos dados com a CF 2010 continuamos lutando pela Reforma Agrária, que é uma luta histórica de entidades e de Igrejas e uma necessidade de toda a sociedade, tanto dos moradores da cidade como dos moradores do campo” (CF 2010, n. 119).

Os resultados do “modelo” capitalista são as guerras, a exclusão, a morte de milhões de pessoas e a destruição do planeta. Estas atrocidades são justificadas com argumentos econômicos e políticos. Os povos e/ou os países que não comungam com a forma hegemônica de pensar são convertidos em inimigos. Então, fez-se necessário refletir e agir em favor do bem viver, levando em conta valores que hoje parecem esquecidos e lembrando que a vida é o bem maior.

Os Povos Indígenas conquistaram, com muito empenho e sofrimento, os direitos que hoje estão contemplados na Constituição Federal de nosso país: o direito à terra demarcada e livre de invasores, a uma atenção específica e diferenciada através das políticas públicas, nas quais devem ser respeitadas suas variadas formas de se relacionar com o mundo, com a natureza, com o sagrado. No entanto, nas relações cotidianas os povos indígenas se deparam com o descaso da nossa sociedade e com a intransigência de autoridades do poder público, que têm a responsabilidade de lhes assegurar os direitos básicos e fundamentais para uma sobrevivência digna. Em função de tudo isso, as terras indígenas se tornam alvo de interesses econômicos e a vida é ameaçada, pois são geradas relações de violência e de desrespeito.

A vida acima da mercadoria!

Na maioria dos países do mundo predomina a ideologia capitalista centrada na produção, na competição, na concentração de bens, no lucro e no consumo sem precedentes de produtos e serviços. “Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, que valoriza pessoas pelo seu padrão de consumo, que cria vícios de acúmulo do supérfluo como forma de alguém se sentir

importante. Isso [...] deforma valores e torna as pessoas vulneráveis a uma propaganda consumista insaciável” (CF 2010, n. 61). Os governos organizam suas ações tendo como referência o aceleração do desenvolvimento econômico, de base capitalista.

No entanto, nem todas as pessoas e nem todas as culturas comungam dos valores preconizados pelo modelo hegemônico. Em pequenas cidades, em vilas, em comunidades de ribeirinhos, de pescadores, de agricultores, muitas vezes se pode vivenciar modelos alternativos de vida que não se baseiam na competição, no egoísmo, na acumulação dos bens, mas em valores como solidariedade, colaboração e reciprocidade.

Nas culturas indígenas a reciprocidade – obrigação de retribuir e de ser generoso – é o que regula as relações entre as pessoas, entre as famílias, entre as comunidades. Em função disso, pode-se dizer que estes são modelos do “bem viver”. Neles o homem é visto como parte de uma grande cadeia, na qual ele dá e recebe, e da qual ele depende para sobreviver. E a vida humana só é assegurada quando se garante a vida de outros seres e quando se estabelece relações respeitadas com a terra, com a água, com o ar.

A economia, na maioria dos povos indígenas, funciona como um sistema de comunicação e de redistribuição dos bens, diferenciando-se do capitalismo porque não é competitiva, nem acumulativa e nem preventiva. Em outras palavras, as relações indígenas não se baseiam na competição para ocupar lugares privilegiados, nem no anseio de acumulação dos bens disponíveis, e nem num desejo de reter objetos e produtos para assegurar o bem estar futuro, pois este bem estar se alcança através de boas e fortes relações recíprocas. As três características da sociedade capitalista geram uma exclusão cada vez mais violenta, pois funcionam para concentrar os recursos nas mãos de poucos.

Olhando para as formas de viver dos povos indígenas, compreendemos que as diferenças não são apenas aparentes e que suas culturas se organizam a partir de lógicas distintas

da nossa. Apesar do intenso contato que estabelecem com nossa sociedade, a maioria destes povos mantém formas de se relacionar com a terra e com a natureza marcadas por uma dimensão religiosa. Terra é espaço sagrado onde se estabelecem tanto as relações com o mundo espiritual como as relações familiares e comunitárias.

Um exemplo das relações cotidianas do “bem viver” pode ser encontrado nas práticas Guarani. Na terra, espaço sagrado e vital, eles cultivam variedades de plantas medicinais, frutíferas e para o alimento diário. Quando há terra demarcada e assegurada, suas aldeias são construídas em lugares cobertos de mata e com nascentes de água. Os Guarani denominam esses locais de *tekooha*, um lugar que congrega aspectos físicos – terra, mato, campo, água, animais, plantas, remédios etc. – com condições espirituais que proporcionam o bem viver. E nestes espaços é que se realiza o *teko*, o “modo de ser”, “o jeito de viver” do povo Guarani.

As formas como os Guarani se relacionam com suas terras se vincula a uma compreensão própria da vida, como um contínuo caminhar, que se desenvolve num extenso território ocupado ancestralmente. E talvez o aspecto mais importante do estilo de vida dos Guarani é o da valorização das pessoas, de suas experiências, de seus conhecimentos, de seus sonhos. Ao caminhar, cada pessoa aprende, convive com outros, estabelece relações de troca, torna-se leve e desapegada. Bartomeu Meliá, grande conhecedor da cultura guarani, afirma que é “pela reciprocidade que cada pessoa na comunidade tem a obrigação de acolher, de repartir, de dar e receber continuamente, numa corrente que mantém viva a própria sociedade, e garante a vida de cada pessoa e o acesso de todos aos recursos necessários para bem viver”.

As múltiplas formas de viver colocadas em curso pelos Povos Indígenas e também por muitas outras comunidades são sementes que podem fazer nascer maneiras novas de organização da sociedade, restabelecendo a nossa humanidade.

Os povos indígenas e a necessidade de demarcação das terras!

A demarcação das terras é condição necessária à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Por isso, esta tem sido a sua reivindicação ao longo das décadas. Assegurar o direito à terra significa garantir que as diferentes formas de viver (alternativas ao capitalismo) continuem existindo. Além disso, a demarcação das terras indígenas possibilita a manutenção de importantes ecossistemas e o fortalecimento de conhecimentos tradicionais milenares.

Em diversas regiões do país, os povos indígenas convivem com variáveis biomas, tais como a floresta tropical, a mata atlântica, o cerrado etc. Eles desenvolvem formas próprias de lidar com o meio ambiente e desenvolvem um amplo e complexo conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais sem sua exaustão. Estes conhecimentos garantem a manutenção de nascentes de rios, da flora e da fauna, que asseguram a vida na mãe terra.

Neste sentido, a garantia dos direitos territoriais indígenas, bem como a proteção e fiscalização dessas áreas por parte do Estado brasileiro são fundamentais. No entanto, no âmbito da atual política indigenista e das concepções desenvolvimentistas do governo federal, estas não são as prioridades e muito menos os interesses que contam, uma vez que as metas de desenvolvimento são estabelecidas a partir da exploração indiscriminada dos recursos ambientais, hídricos e minerais.

De acordo com dados do Cimi, 988 terras são reconhecidas como indígenas no Brasil. Destas, apenas 366 encontram-se regularizadas. As demais terras têm pendências administrativas ou jurídicas, sendo que 323 sequer tiveram os procedimentos de demarcação iniciados.